

O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E A BUSCA PELA EQUIDADE EDUCACIONAL

Janiara de Lima Medeiros – Mestre em Educação (UFF)
Moisés Amora da Silva Filho – Doutorando em Educação (UFF)
Silvio Marcos Dias Santos – Doutorando em Ciência da Informação (UFF)
Contatos: jani.medeiros.educacao@gmail.com; msilva1109@yahoo.com.br; silviosantos@id.uff.br

RESUMO DO TRABALHO

Neste estudo, o atual Plano Nacional de Educação, PNE, (2014 - 2024) é o pano de fundo para a análise das políticas públicas educacionais. Faz-se uso de uma lupa para estudar as políticas planejadas pelo estado nacional e como seus desdobramentos impactam nas ações sistêmicas dos demais níveis de governança. Evidencia-se, em muitas pesquisas recentes, o avanço da desigualdade social na área educacional, enquanto um fosso cada vez maior entre as instituições públicas e privadas. Tal inquietação é o ponto de partida sobre a reflexão do planejamento, gestão e execução de políticas educacionais à luz do PNE. O objetivo foi realizar uma leitura crítica dos documentos que institucionalizam o projeto educacional em curso no Brasil, o PNE, assumindo-o como o centro da presente abordagem.

Palavras-chave: Plano Nacional de Educação, PNE. Planejamento e Gestão Educacional. Equidade Educacional.

INTRODUÇÃO

- Histórica preocupação com os rumos da educação brasileira;
- 1930: pensadores de diferentes ideologias interessados em educação inovadora;
- 1932: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova:
 - Objetivo: plano geral para a educação nacional;
 - Princípios: escola pública, laica, gratuita, única e obrigatória.
- 1934: O Plano Nacional de Educação é fixado na Constituição Federal;
- 1937 a 1945: plano educacional estacionado com o fechamento do CN;
- 1946 a 1964: retorna o debate sobre o plano educacional:
 - ampliação da iniciativa privada x fortalecimento da educação pública;
 - prevalece o apoio a iniciativa privada (Art 108 da CF de 1934).
- 1961: LDBEN nº 4.024 - dubiedades no texto favorecem a iniciativa privada;
- 1988: PNE como articulador da educação nacional (Art 204 da CF de 1988);
- 1996: LDBEN nº 9.394 (Art 9º, Inciso 1): PNE a ser elaborado pela União, em colaboração com Estados, DF e Municípios;
- 2001: CN sancionou o primeiro PNE (Lei nº 10.172)
- 2001 a 2010: vigorou o PNE com suas 295 metas gerais:
 - privilégio de acesso ao Ensino Superior;
 - educação para o mundo do trabalho;
 - crescimento de IES privadas;

- incentivo do EaD.
- 2010: PNE (2011 a 2020 - projeto de lei nº 8.035-c) sofreu modificações;
- 2014: PNE 2014-2024 – aprovado com 20 metas estabelecidas

METODOLOGIA

- análises quantitativas x análises qualitativas;
- método de pesquisa em educação - ciência do conhecimento humano;
- compromisso ético, social e de qualidade;
- análise documental;
- referencial teórico-metodológico capaz de subsidiar análise crítica.

REFERENCIAL TEÓRICO

DOURADO (2011), FRANÇA (2008), MINAYO (1993), PELLANDA (2019), SAVIANI (1998, 2010, 2014 e 2018).

RESULTADOS DA DISCUSSÃO

- 1º PNE (2001 – 2010):
 - metas não cumpridas;
 - desorganização interna;
 - dificuldade de aprovação de planos estaduais e municipais;
 - finalidades pedagógicas contraditórias;
 - não regulamentação do regimento de colaboração;
 - desconhecimento dos resultados das avaliações dificulta novo plano;
 - bela carta de intenções: boas propostas mas ações inviáveis para o cumprimento das metas.
- 2º PNE (2011 – 2020):
 - tramitado e aprovado na Câmara e no Senado;
 - sofreu modificações e em 2014 voltou à análise dos deputados;
 - recebeu propostas da sociedade civil;
 - campos antagônicos: escola pública x escola privada;
 - aumento nos investimentos de 7% para 10% do PIB;
 - retraimento de vagas para ensinos técnico e superior na rede pública;
 - desinteresse para aprovação do plano:
 - discussões inviabilizando acordo;
 - disputa de interesses econômicos e políticos;
 - incompreensão do Congresso quanto a urgência do plano.
 - avança em questões relevantes;
 - necessita firmar-se como política sistêmica da educação;
 - desafio: evolução dos indicadores de alfabetização, inclusão, formação docente e expansão do ensino profissionalizante.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

- algumas dificuldades:
 - os planejamentos partem das diferentes escolas brasileiras com realidades e necessidades para o MEC;
 - a crise financeira dos municípios inviabiliza cumprir a meta da Educação Infantil (crianças de quatro a cinco anos matriculadas e o atendimento de crianças com menos de três anos em creches de horário integral) e se arrasta à obrigatoriedade de matrícula e conclusão do ensino da população entre 6 e 14 anos;
 - o ensino médio enfrenta antagonismo ao deparar-se com a nova Lei do Ensino Médio Lei nº 13.415/2017;
 - ausência de dados estatísticos que reflitam a real situação da educação inclusiva;
 - a má qualidade da formação docente da rede privada influencia na baixa qualidade de ensino na escola pública.

- ANÁLISE DOS PNE 2001-2010 e 2014-2024:
 - ausência de avaliação do 1º PNE, conforme previsto;
 - longo intervalo entre a aprovação do 1º para o 2º plano;
 - descontinuidade de políticas públicas para um sistema nacional de ensino;
 - embora haja preocupação com a escola pública, abre brechas para interferência da iniciativa privada;
 - o conjunto das metas privilegia o atendimento ao mercado de trabalho;
 - instituições públicas carecem de investimentos, o que se contrapõe a Emenda Constitucional nº 95/2016;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- o PNE é um projeto em disputa: choque de interesses entre público e privado;
- a qualidade na educação requer avaliar o que foi planejado, possibilitando correções;
- sem investimentos na qualidade tende a tornar-se impossível a superação o déficit sociocultural;
- a PEC 241 ameaça o atingimento das metas até 2024;
- é fundamental a organização da luta e resistência em prol da educação pública.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. et al. A reconstrução educacional no Brasil ao povo e ao governo: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1984.

BRASIL. Lei nº 4.024/1961, de 20 de dezembro de 1961. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: Câmara dos Deputados, 1961. Disponível em: . Acesso em: 25 jun. 2020.

_____. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: . Acesso em: 24 abr. 2020.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: Câmara dos Deputados, 1996. Disponível em: . Acesso em: 25 jun. 2020.

_____. Ministério da Educação. Lei nº. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação - PNE. Brasília. Disponível em: . Acesso em: 17 maio 2020.

_____. Ministério da Educação. Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação - PNE. Brasília. Disponível em: . Acesso em: 20 abr. 2020.

DOURADO, L. F. (Org.). Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas. Goiás: Autêntica e Editora UFG, 2011.

FRANÇA, L. Plano Nacional de Educação (PNE): Entenda o que é. Educação brasileira. 2018. Disponível em: . Acesso em: 24 jun. 2020.

GUSMÃO, J. B. B. Qualidade da educação no Brasil: consenso e diversidade de significados. 2010. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MEDEIROS, J. L. Formação para o trabalho x formação para a vida: do princípio educativo do trabalho à educação emancipatória. Mauritius: Novas Edições Acadêmicas, 2019.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? Rio de Janeiro. Cad. Saúde Pública [online]. 1993, vol. 9, n. 3, pp. 239- 248. Jul./set. 1993.

PAIVA, et al. O PNE (2014-2024) e a mercantilização da educação: uma análise onto-crítica. In: Encontro de Pesquisa e Pós-Graduação, 9; 2016, Fortaleza. Anais [...] Fortaleza: UFC, 2016. p. 2189. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/44859/1/2016res_umo_eve_anpaiva.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

PELLANDA, A. C. Quanto custa a educação pública de qualidade no Brasil? Carta Capital, São Paulo, set. 2018. SAVIANI, D. Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma política educacional. Campinas: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, D. Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma política educacional. Campinas: Autores Associados, 1998.

_____. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. Revista Brasileira de Educação, v. 15, n. 44, p. 380-393, 2010.

_____. et al. Entrevista. Revista Retratos da Escola. Brasília, v. 8, n. 15, p. 221-564. jul./dez. 2014.

_____. Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 2018. E-book.